

## A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS NO INSTITUTO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO DO NORDESTE - IAENE

Marília Gonzaga Jorge dos Santos<sup>1</sup>  
Patrícia Carla da Hora Correia<sup>2</sup>  
Daniela Fernanda da Hora Correia<sup>3</sup>

**Resumo:** *Este texto tem o objetivo de explicitar a experiência do projeto que se inicia na Faculdade Adventista de Educação do Nordeste para demonstrar a importância da implantação da sala de recursos a ser utilizada pelas pessoas com necessidades educativas especiais das cidades próximas ao Instituto Adventista de Educação do Nordeste - IAENE. Para tanto se levantou como problema divulgar quais as conseqüências da implantação de uma sala de recurso no Instituto? O objetivo traçado para resolver essa questão foi analisar a necessidade da implantação de uma sala de recurso no Instituto Adventista de Educação do Nordeste para atender as áreas circunvizinhas, pois se acredita que a sala de recursos pode se constituir em um serviço de apoio pedagógico especializado, na qual o professor realiza a complementação curricular, constituindo-se elemento importante para o desenvolvimento educacional da pessoa com necessidades educativas especiais.*

**Palavras-chaves:** Sala de recursos; Necessidade educativa especial

Este texto procura descrever o projeto de pesquisa da Faculdade Adventista de Educação do Nordeste, através da implantação do programa de iniciação científica - PIC-FAENE. O projeto que busca trabalhar com a Educação Inclusiva tem como título A Implantação da Sala de Recursos no Instituto Adventista de Educação do Nordeste, que será subsidiado pelo Núcleo de Educação Inclusiva do Recôncavo Baiano – NEIRBA.

A intenção de se trabalhar com esta temática surgiu em função das diversas leituras das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, onde enfatiza que a sala de recursos é um serviço de apoio pedagógico especializado, na qual o professor realiza a suplementação curricular, usando procedimentos e materiais específicos. De acordo com a Diretriz, a sala de recurso é para ser instalada em escolas regulares e o Instituto Adventista de Educação do Nordeste é uma Escola que atua da Alfabetização ao Ensino Médio da Educação Básica.

A inspiração para o tema veio através de um desejo de pesquisar e conduzir a Instituição Adventista a analisar o quanto é importante e necessária a implantação da sala de recursos. Porém, o que mais instigou a escolha deste tema, foi um estudo de caso realizado com orientação da professora de Psicologia desta faculdade, que para o trabalho de conclusão da disciplina ofereceu como sujeito a ser estudado J.L.G, de 11 anos, com baixa visão, que abandonou a escola por causa da sua deficiência, pois os professores não estavam preparados e nem existiam

---

<sup>1</sup> Aluna da Faculdade Adventista de educação do Nordeste - Autora

<sup>2</sup> Mestre em Educação Especial, Professora Assistente do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de educação do Campus I, Coordenadora do projeto Pedagogia na Clínica e Professora da Faculdade Adventista de Educação do Nordeste – FAENE/IANE e Assistente Social. E-mail: [patydcorreia@terra.com.br](mailto:patydcorreia@terra.com.br). – Co-autora

<sup>3</sup> Especialista em Educação. Pedagoga e Professora de Língua Portuguesa. Coordenadora do Ensino Fundamental – Séries Iniciais (CEB – Ciclo de Estudos Básicos) na Secretaria de Educação do Município de Salvador. E-mail: [dandahora@gmail.com](mailto:dandahora@gmail.com). – Co-autora.

recursos para trabalhar com o mesmo. Analisando este contexto concluiu-se que o que faltava na região era uma sala de recursos para atender crianças com necessidades educativas especiais, já que a única cidade que dispõe deste expediente nesta região é a cidade de Feira de Santana, a 45 km de Cachoeira.

Os desafios impostos à escola, mediante o paradigma da inclusão, têm suscitado a cada dia debates em torno da construção da escola inclusiva, dando ênfase à postura do professor na promoção dos meios necessários para que esta se efetive, baseada no princípio da democracia afim de que a construção dessa escola aconteça mediante a valorização do processo de participação de todos. As pessoas com deficiência, que durante séculos foram consideradas seres à margem dos grupos sociais, hoje ganham o seu espaço através da implementação de várias leis. Daí a criação de salas de recursos nas escolas regulares, que buscam minimizar a postura de separação conduzindo a um relacionamento de igualdade de direitos a todo cidadão, sem discriminação.

Compreender e consolidar as necessidades educativas especiais é uma experiência desafiadora, para as instituições educacionais, pois, a escola precisa agir em função de descobertas e possibilidades existentes no aluno, fazendo com que direcionem-se caminhos alternativos para que este se revele de forma grandiosa mostrando tudo o que tem de melhor pois “[...] o homem está cheio de possibilidades não realizadas [...]”. (VYGOTSKY, 1997)

A Declaração de Salamanca, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases e a Constituição Federal em seu Artigo 208, inciso III, definem como dever do Estado o "atendimento educacional especializado às crianças com Necessidades Educativas Especiais, preferencialmente na rede regular de ensino". Apresentam propostas que respaldam esses cidadãos e garantem a diversidade dos alunos, resultando em acordo para trabalhar pela inclusão educacional. A Declaração de Salamanca determina que as escolas devam acolher a todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e lingüísticas. O Brasil, ao concordar com este documento, fez uma opção por ter um sistema educacional inclusivo devendo, portanto, oferecer acesso, equiparação de oportunidades e qualidade de ensino a todos.

No âmbito legal merece destaque a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9. 394/96), que apresenta características básicas de flexibilidade, além de algumas inovações que favorecem o aluno com necessidades educativas especiais. Pela primeira vez surge em uma LDB um capítulo destinado à Educação Especial, cujos detalhamentos são fundamentais, como por exemplo: *garantia de matrículas para pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (Art.58)*. Sendo assim, o objetivo maior é incluir as Pessoas com Necessidades Especiais em escolas regulares onde há interação e participação para favorecer um melhor desempenho na vida do mesmo.

A inclusão oferece oportunidades para a pessoa com deficiência interagir com o meio, e para facilitar esta interação, a sala de recursos tem uma função muito importante.

Para implementação dessa pesquisa apresenta-se como problema:

*Quais as conseqüências da implantação de uma sala de recurso na Instituição Adventista de Educação do Nordeste?*

Para obter respostas a esta pergunta é indispensável tornar real uma pesquisa nas regiões de Cachoeira, Conceição de Feira, Mangabeira, Cruz das Almas, São Felix, Muritiba, tentando

caracterizar inicialmente o número de pessoas com deficiência nestas cidades e em segundo plano organizar essa sala de recurso em função da demanda encontrada.

Como objetivo geral tem-se:

*Analisar a necessidade de implantação de uma sala de recurso no Instituto Adventista de Educação do Nordeste*

Como objetivos específicos apresentam-se:

- Caracterizar o número de pessoas com necessidade educativa especial dos Municípios que ficam em torno da Instituição Adventista.
- Discutir sobre as necessidades da criação da sala de recurso com as pessoas com Necessidades Especiais.
- Organizar materiais explicativos sobre a necessidade da sala de recurso na perspectiva das pessoas com necessidade educativa especial para apresentar à direção da Instituição Adventista.

Para analisar melhor sobre a importância da sala de recurso, é importante dominar conceitos da linha inclusivista, até porque tal conceito ético procura evoluir na direção de uma sociedade inclusiva.

Porque são chamados inclusivistas? Porque abrangem valores que contemplam a inclusão. Quando se fala em inclusão deve-se discutir como esta se manifesta na escola. Quais seus princípios e como a escola está organizada. De acordo com o Ministério da Educação “a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção” (MEC, 1996). Para um apoio a esta escola, é essencial a implantação de uma sala de recurso para dar subsídios a todas as pessoas da instituição escolar.

Sidney (2007) conceitua a sala de recursos como um local com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos à natureza das necessidades especiais do alunado. Diversas escolas são regulares, mas poucas são inclusivas, e são raras as que possuem a sala de recursos. Por este motivo muitas pessoas com deficiência não têm acesso à escola, pois esta não oferece condições básicas para a permanência da criança. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 16 de dezembro de 1996, garante e reforça a matrícula, sem discriminação de turnos, a todas as pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidade a todas as pessoas.

*Os conceitos são fundamentais para o entendimento das práticas sociais e a inclusão, enquanto novo paradigma, alavanca a escola, que com novas implicações educativas deverá acolher todas as crianças. (SASSAKI,1997) O princípio vetor da Declaração de Salamanca (1994) traz claramente um destaque para os administradores locais e diretores de escolas : Os Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades especiais....*

Os desafios impostos à escola, mediante o paradigma da inclusão, a cada dia têm suscitado debates em torno da construção da escola inclusiva, dando ênfase à postura do diretor na promoção dos meios necessários para que esta se efetive baseada no princípio da democracia, afim de que a construção dessa escola aconteça mediante a valorização do processo de participação sobre a compreensão de quem são esses gestores nas unidades escolares e o papel que o mesmo desempenha.

Sabe-se que o professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por esse motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento é fundamental para compor uma prática inclusiva coletiva. E esta deve ser criada entre a teoria e a prática.

Mas, o que se percebe em muitas unidades escolares é que as práticas não são condizentes com a inclusão, relacionada ao sujeito que apenas está buscando seus direitos de ser cidadão e de ter direito como qualquer indivíduo, porém ao começar pelos diretores muitas vezes desencadeiam ações de rejeição, o que demonstra o despreparo desse profissional para gerenciar a escola da mudança na reconstrução da vida. O que se percebe é que as principais dificuldades são com relação aos recursos humanos - pessoas que não foram preparadas para atuar mediante a diversidade. Todos os envolvidos no processo de inclusão precisam estar preparados para receber e orientar esse aluno em seu processo de aprendizagem e de construção de sua vida.

Para Westmacott(1996) *“o modelo social da deficiência diz que são as atitudes da sociedade e o nosso ambiente que necessitam mudar”*. A escola tem que mudar para receber seus alunos especiais, então as oportunidades irão chegar até eles.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças(...)Devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos fazendo uso de parcerias com a comunidade(...)”(UNESCO,1994,p61)

A sala de recurso tem por objetivo funcionar como um mecanismo de compensação ou correção para os alunos, uma vez que contribuirá para o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com necessidade educativa especial.

Para esse projeto serão realizados variados momentos: No primeiro momento utilizar-se-á pesquisa bibliográfica, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu a respeito de seu tema de pesquisa, o que oportunizará conhecer as principais características da sala de recursos. Será selecionado o material bibliográfico sobre o assunto, bem como, textos e artigos de sites que fazem referência à temática central.

No segundo momento acontecerão visitas às Secretarias de Educação com o desígnio de expor o projeto e convidá-las para participar.

No terceiro momento, a fim de caracterizar quantas pessoas com deficiências existem nos municípios do entorno do Instituto Adventista de Educação do Nordeste, será organizado um questionário para a coleta de dados para ser aplicado nas Secretarias de Educação. Esse instrumento apenas identificará o número de alunos que possuem deficiência e estão inseridos na escola regular.

Um segundo instrumento será elaborado para ser aplicado aos agentes de saúde dos municípios envolvidos na pesquisa, com a finalidade de caracterizar o número de pessoas que não estão na escola regular, mas que possuem alguma deficiência e poderiam frequentar a sala de recursos.

No quarto momento outros instrumentos serão criados, considerando cada deficiência para averiguar sobre a necessidade ou não da sala de recurso, agora na visão da própria pessoa com deficiência, considerando seus anseios e necessidades.

No quinto momento serão elaborados e aplicados questionários no Instituto Adventista de Educação do Nordeste, com a finalidade de conhecer a percepção da comunidade interna do IAENE em relação à pessoa com deficiência.

No sexto momento os dados coletados serão catalogados e analisados à luz da teoria, onde serão organizados quadros analíticos. Também serão organizados folhetos explicativos sobre a necessidade da sala de recursos na perspectiva das pessoas com deficiência para apresentar à direção da Instituição Adventista.

Desta forma, considera-se que a pesquisa não só servirá para conscientizar as pessoas das cidades próximas ao IAENE, como também conduzir a discussão sobre as pessoas com deficiência naquela instituição. A educação inclusiva hoje não mais deve ser considerada como uma educação à parte, mas como uma educação intrinsecamente ligada à escola regular buscando uma melhor interação, formação e participação da pessoa com deficiência.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, J.R.a EXCLUSÃO DA DIFERENÇA. Piracicaba, UNIMEP, 1993.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. A inclusão escolar de deficientes mentais. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, K.R. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SIDNEY. Jucimar Luiza – In: [WWW.sac.org.br/ APR – INC. htm](http://WWW.sac.org.br/APR-INC.htm)- 05/04/2007.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação para todos. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Genebra, UNESCO, 1994.

VIGOTSKI, L. S. Obras Completas. Tomo 5 - Fundamentos da Defectologia. 2ª edição. Playa, Ciudad de La Habana, 1997.

WESTMACOTT, K. Trabalhando por mudanças. Tradução por: Maria Amélia Vampre Xavier. CBRNews, Londres, nº22, p 4, abril/ 1996.

